

# **Encontro Nacional de Diálogos e Convergências: Agroecologia, Saúde e Justiça Ambiental, Soberania Alimentar, Economia Solidária e Feminismo**

## **Relatoria/Memória - Plenária Final (29.09.2011)**

(Isabel Lemos Rosa<sup>1</sup> e Cinara Del'Arco Sanches<sup>2</sup>)

### **ABERTURA DA MESA**

**Silvio Almeida** (ANA), responsável pela coordenação da mesa fez a abertura, convidando os membros para comporem a mesma e afirmando que este é um momento de síntese e articulação em rede e fortalecimento da Agricultura Familiar.

**Noemi** (MMC) – fez uma síntese do vivido durante o encontro

(PS: Noemi disse que pode digitar e enviar para o sistematizador o conteúdo da sua poesia-síntese, bastando apenas que seja feito o pedido)

### **APRESENTAÇÃO DE MOÇÕES**

**Silvio Almeida** convidou a plenária para a leitura das moções:

#### **1) Moção pela luta contra a grilagem, coronelismo e a morte e ameaça de trabalhadores envolvidos na luta pela terra – Oradora: Gloria/Monte Santo**

Estamos aqui hoje com uma grande missão de luta. Estamos vivendo momentos muito tensos. Em 3 anos perdemos 6 pais de família por conta do latifúndio. A política que reina ainda é de coronelismo. Hoje mais uma vez viemos ao INCRA pra apresentar mais um óbito em Monte Santo em consequência da luta pela terra. É muito triste que estamos vivendo. Nossa luta, da terra, do bem viver. Por isso

---

<sup>1</sup> isabel.lemos.rosa@gmail.com (FASE)

<sup>2</sup> cinara\_delarco@hotmail.com (SASOP)

irmãos, rezem e vamos lutar para que nossa situação tome outro rumo. Temos varias áreas em conflitos, vários trabalhadores e lideranças ameaçadas.

## **2) Moção contra os agrotóxicos e em defesa da vida – Orador: Denis (ANA)**

As diversas redes e movimentos sociais reunidos no Encontro Nacional de Diálogos e Convergências - Agroecologia, Saúde e Justiça Ambiental, Soberania Alimentar, Economia Solidária e Feminismo entre os dias 26 e 29 de setembro, em Salvador (BA), vêm, por meio dessa moção, denunciar os danos à saúde e ao meio ambiente causados pelos agrotóxicos.

Diante desses problemas, exigimos:

- a punição dos mandantes e assassinos do ambientalista e líder comunitário Zé Maria do Tomé, que deu sua vida na luta contra a pulverização de agrotóxicos na Chapada do Apodi (CE);
- A retirada imediata da isenção dos impostos sobre a produção e comercialização de agrotóxicos, e determinar a taxa máxima, assim como ocorre com cigarros e bebidas alcoólicas;
- Que os recursos provenientes destes impostos sejam destinados ao financiamento do Sistema único de saúde (SUS) e as políticas públicas de fortalecimento à agroecologia
- A proibição da pulverização aérea de agrotóxicos em todo o território brasileiro;
- A proibição das propagandas de agrotóxicos nos meios de comunicação;
- Acesso à informação por meio de rotulagem que informe a sobre a presença de agrotóxicos nos alimentos;
- A proibição, no Brasil, de agrotóxicos já banidos em outros países.
- Proibição imediata da fabricação, importação e comercialização de todos os produtos sendo reavaliados pela ANVISA e o cumprimento imediato da determinação da ANVISA (RDC 10/2008 e 01/2011), que bane o uso de do veneno *metamidofós*.

## **3) Moção contra a liberação do feijão transgênico.**

No ultimo dia 15 de setembro, a Comissão Técnica Nacional de Biossegurança liberou, a pedido da EMBRAPA, o plantio comercial do feijoeiro transgênico modificado para ser resistente ao vírus do mosaico dourado. Essa aprovação mexe com um alimento básico da alimentação do brasileiro e ocorreu em flagrante desrespeito à legislação nacional e à boa pratica científica.

Reafirmamos que não precisamos dessa tecnologia para seguir produzindo alimentos saudáveis, livre de agrotóxicos, como demonstram as milhares experiências agroecológicas desenvolvidas em todas as regiões do país. Além disso, os estudos apresentados apontaram danos à saúde decorrentes do consumo do feijão transgênico, como a alteração de órgãos vitais comuns como rins e fígado.

A pesquisa publica é fundamental, mas deve ser direcionada à produção de alimentos saudáveis, livres de transgênicos e agrotóxicos.

Nós, 300 participantes do Encontro Nacional de Diálogos e Convergências - Agroecologia, Saúde e Justiça Ambiental, Soberania Alimentar, Economia Solidária e Feminismo , repudiamos essa ação da Embrapa e exigimos:

- Que a empresa desista de registrar essas variedades e colocá-las no mercado; que a Embrapa redirecione seus esforços de pesquisa para a agroecologia e o desenvolvimento de tecnologias realmente direcionadas às necessidades da agricultura familiar, que respeitem o meio ambiente e a saúde da população.

#### **4) Moção pelo direito e obrigação de comunicar - *Oradora: Fátima/SC* (agricultora agroecológica e comunicadora)**

A moção reafirma a importância e necessidade da comunicação para que as experiências e o modelo de desenvolvimento que se almeja seja visibilizado. Aponta as políticas públicas e a mídia como veículos indispensável, e exigiu a mudança do marco regulatório da mídia para que a comunicação seja ampliada. Assim como repudiou a criminalização das rádios comunitárias. Exigiu o financiamento para as mídias alternativas populares e instrumentalização dos veículos de comunicação. Reforçou a necessidade de encontros com mais frequência, de utilizar todas as formas de comunicação disponíveis e de discutirmos nossas dificuldades e soluções. Que as pessoas que tentam romper os

limites da mídia sejam valorizadas. Por uma comunicação livre, plural, e que defenda a vida a cima do lucro.

**5) Moção pelas sementes crioulos e contra a tecnologia “terminator”. Orador: Marciano/MPA**

Moção contra tecnologias dos *Terminator* e que o governo brasileiro mantenha o veto às tecnologias trans de restrição de uso e que se tenha uma posição firme sobre esta situação. Salientou-se que deve-se respeitar os acordos internacionais ao qual o Brasil faz parte. Está também é uma posição do CONSEA.

**6) - Moção de apoio a luta de quilombolas de MG. Orador: Carlinhos/CAA/NM**

Intervenção do Secretário Nacional de Articulação Social do Ministério Geral da Presidência, **Paulo Maldos**, comunicando que hoje Dilma esta assinando decreto dos quilombolas e que irá recebê-los em Brasília.

Informação essa confirmada pelo próprio Carlinhos mais tarde durante a mesa.

**7) Moção de repúdio à violência e tentativa de expulsão das famílias de Santa Cruz- AL - Orador: Cazuzá.**

Essa moção foi aprovada pelo seminário de Biodiversidade.

No período de 26 a 29 de setembro na cidade de Salvador/Bahia, cerca de 300 pessoas vindas de diferentes estados brasileiros participantes das seguintes redes e movimentos: ANA, ABRASCO, Articulação de Mulheres Brasileiras, ABA, FBES, FBSAN, Marcha Mundial das Mulheres, Rede Alerta contra o Deserto Verde, RBJA participaram do Encontro Nacional de Diálogos e Convergências, com o objetivo de identificar interesses comuns e ações conjuntas entre os movimentos no campo dos direitos humanos. Reforma agrária, direitos territoriais e justiça ambiental foram uns dos oito temas escolhidos para a reflexão por ser considerado como direito básico que reflete diretamente na dignidade da vida das pessoas, garantindo o direito de manutenção da reprodução de sua relação com meio em que vivem, o uso sustentável dos recursos naturais e demais direitos. Diante do esforço, os participantes do encontro de Diálogos e Convergências... (áudio ruim)

Obs: áudio ruim, pegar o documento com a coordenação da mesa.

**8) Moção de Repúdio a retomada do programa nuclear brasileiro. Oradora: Ivonete RADV.**

As diversas redes e movimentos sociais presentes no Encontro de Diálogos e Convergências (...) realizado entre os dias 26 e 29 de setembro em Salvador, declaram firme oposição à retomada do programa nuclear brasileiro. A energia nuclear é suja, insegura e cara. O ciclo nuclear é absolutamente insustentável do ponto de vista social, ambiental e econômico. Em Caitité/Bahia acidentes e multas ambientais são recorrentes, contaminando a água no e torno da mina, ameaçando a integridade ambiental, a segurança alimentar e a saúde da população. Estamos certos que o Brasil produz energia suficiente para suprir sua demanda, por isso é desnecessário, além de ambiental e socialmente irresponsável dar continuidade ao programa nuclear. Quando todo mundo tem acompanhado os riscos que essa energia suja trás a vida. Reivindicamos a suspensão da construção de Angra III, das atividades das usinas já existentes, dos planos de construção de novas usinas no país e o fim do programa nuclear brasileiro.

**9) Moção de Repúdio a ampliação das atividades da Veracel Celulose. Oradora: Ivonete RADV.**

As diversas redes aqui presentes reivindicam a anulação do processo de licitação da ampliação da fábrica e base fundamental da empresa Veracel Celulose ilegalidade na elaboração do relatório de impacto ao meio ambiente, envolvimento da empresa em crimes de corrupção já foram constatados, assim como os graves danos causados pela Veracel contra o meio ambiente, sobretudo através do plantio de eucalipto em larga escala, e com intensa utilização de agrotóxicos nos territórios de identidade do Extremo Sul da Bahia, da Costa do Descobrimento e da Costa da Baleia, retirando o espaço para o cultivo de alimentos, comprometendo o ambiente, a soberania alimentar e saúde do povo de Extremo Sul. Defendemos o direito dos povos à vida e ao seus territórios, por isso manifestamos nosso repúdio a ampliação das atividades da Veracel Celulose.

**10) Moção de Repúdio ao financiamento do BNDES para construção de uma estrada que corta um parque nacional /terra indígena no território boliviano.**

Repudiamos a atitude do BNDES e do Itamarati de desrespeitar os verdadeiros anseios da população boliviana, colocando os interesses econômicos e o lucro das empreiteiras acima do respeito à vida, à biodiversidade, ao direito dos povos indígenas daquele país e à soberania do povo boliviano. Reafirmando que o BNDES é co-responsável pelas violações dos projetos que financia, exigimos que esse banco público brasileiro suspenda imediatamente o financiamento do projeto dessa estrada na Bolívia. Também exigimos que o Itamarati se retrate publicamente, reconhecendo a importância da luta do povo boliviano na defesa da vida e pelo respeito aos seus direitos constitucionais adquiridos.

### **11) Moção pelo direito a Economia Solidária. Orador: Carlos Alencar FBES**

Nesse momento histórico no Encontro Nacional de Diálogos e Convergências em Salvador, vimos por meio dessa moção reforçar a necessidade de uma economia que valorize a vida, o trabalhador e a trabalhadora e o meio ambiente. Iremos juntos mobilizar a sociedade pela lei da iniciativa popular da Economia Solidária, como um importante passo para o reconhecimento e a construção de um Brasil justo e sustentável. E conseqüentemente pressionar o congresso para aprovar a política nacional de Economia Solidária. Essa é uma ação conjunta com todos e todas que lutam para a transformação da sociedade, para que seja social, econômica e ambientalmente sustentável.

**Silvio Almeida** menciona que as moções foram aprovadas e serão incorporadas aos documentos do encontro.

Obs: as moções foram entregues para o coordenador da mesa Silvio Almeida e poderão ser incorporadas na íntegra ao relatório final, a depender do desenho adotado para o mesmo.

## **LEITURA DA CARTA DE SALVADOR**

**Noemi** (MMC) fez uma introdução para apresentação da carta política e reforçou nossa tarefa de levá-la conosco, divulgá-la e fazer com que seja cumprida.

***Oradores: Raquel/Fiocruz e Denis/ANA***

## **CARTA DE SALVADOR**

Somos 300 cidadãos e cidadãs brasileiras integrados à Articulação Nacional de Agroecologia (ANA), à Associação Brasileira de Agroecologia (ABA-Agroecologia), à Associação Brasileira de Pós Graduação em Saúde Coletiva (Abrasco), ao Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES), ao Fórum Brasileiro de Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (FBSSAN), à Rede Brasileira de Justiça Ambiental (RBJA), à Rede Alerta contra o Deserto Verde (RADV), à Marcha Mundial de Mulheres e à Articulação de Mulheres Brasileiras (AMB), em reunião na cidade de Salvador-BA, entre os dias 26 a 29 de setembro de 2011, durante o Encontro Nacional de Diálogos e Convergências entre Agroecologia, Saúde e Justiça Ambiental, Soberania Alimentar, Economia Solidária e Feminismo.

Nosso encontro resulta de um longo e fecundo processo de preparação motivado pela identificação e sistematização de casos emblemáticos que expressam as variadas formas de resistência das camadas populares em suas diferentes expressões socioculturais e sua capacidade de gerar propostas alternativas ao modelo de desenvolvimento hegemônico em nosso país. Vindos de todas as regiões do país, esses casos iluminaram nossos debates durante esses três dias e fundamentam a manifestação política que apresentamos nesta carta.

Ao alimentar esse padrão de desenvolvimento, o governo Dilma inviabiliza a justa prioridade que atribuiu ao combate à miséria em nosso país. Tendo como eixo estruturante o crescimento econômico pela via da exportação de commodities, esse padrão gera efeitos perversos que se alastram em cadeia sobre a nossa sociedade. No mundo rural, a expressão mais visível da implantação dessa lógica econômica é a expropriação das populações de seus meios e modos de vida, acentuando os níveis de degradação ambiental, da pobreza e da dependência desse importante segmento da sociedade a políticas sociais compensatórias. Esse modelo que se faz presente desde o início de nossa formação histórica ganhou forte impulso nas últimas décadas com o alinhamento dos seguidos governos aos projetos expansivos do capital internacional. Materialmente, ele se ancora na

expansão do agronegócio e em grandes projetos de infraestrutura implantados para favorecer a extração e o escoamento de riquezas naturais para os mercados globais.

Os casos emblemáticos que subsidiaram nossos diálogos demonstram a essência violenta desse modelo que viola o “direito de ficar”, desterritorializando as populações, o que significa subtrair delas a terra de trabalho, o livre acesso aos recursos naturais, suas formas de organização econômica e suas identidades socioculturais. Os movimentos massivos de migração compulsória daí decorrentes estão na raiz de um padrão de distribuição demográfica insustentável e que cada vez mais converte as cidades em pólos de concentração da pobreza, ao passo que o mundo rural vai se desenhando como um cenário de ocupação do capital e de seu projeto de uma agricultura sem agricultores e agricultoras.

A progressiva deterioração da saúde coletiva é o indicador mais significativo das contradições de um modelo que alça o Brasil a uma das principais economias mundiais ao mesmo tempo que depende da manutenção e seguida expansão de políticas de combate à fome e à desnutrição. Constatamos também que esse modelo se estrutura e acentua as desigualdades de gênero, de geração, de raça e etnia.

Nossas análises convergiram para a constatação de que os maiores beneficiários e principais indutores desse modelo são corporações transnacionais do grande capital agroindustrial e financeiro. Apesar de seus crescentes investimentos em marketing social e verde, essas corporações já não conseguem ocultar suas responsabilidades na produção de uma crise de sustentabilidade planetária que atinge inclusive os países mais desenvolvidos e que se manifesta em desequilíbrios sistêmicos expressos no crescimento do desemprego estrutural, na acentuação da pobreza e da fome, nas mudanças climáticas, na crise energética e na degradação acelerada dos recursos do ambiente.

As experiências mobilizadas pelas redes aqui em diálogo denunciam as raízes perversas desse modelo ao mesmo tempo em que contestam radicalmente as falsas soluções à crise planetária que vêm sendo apregoadas pelos seus agentes promotores e principais beneficiários. Ao se constituírem como expressões locais de resistência, essas experiências apontam também caminhos para a construção de uma sociedade justa, democrática e sustentável.

A multiplicação dessas iniciativas de defesa de territórios, promoção da justiça ambiental e de denúncia dos conflitos socioambientais estão na raiz do recrudescimento da violência no campo que assistimos nos últimos anos. O assassinato de nossos companheiros e companheiras nessas frentes de luta é o mais cruel e doloroso tributo que o agronegócio e outras expressões do capital impõem aos militantes do povo e ao conjunto da sociedade com suas práticas criminosas.

Nossos diálogos procuraram construir convergências em torno de temas que mobilizam as práticas de resistência e de afirmação de alternativas para a sociedade, diálogos sobre **reforma agrária, direitos territoriais e justiça ambiental** responsabilizaram o Estado face ao quadro de violência com assassinatos, expulsão e deslocamentos compulsórios de populações pela ação dos grandes projetos como as hidrelétricas, expansão das monoculturas e o crescimento da mineração. A incorporação de áreas de produção de agrocombustíveis, reduzindo a produção de alimentos; a pressão sobre as populações que ocupam tradicionalmente áreas de florestas, ribeirinhas e litorâneas, como os mangues, os territórios da pesca artesanal, com a desestruturação de seus meios de vida ameaça a soberania alimentar.

As convergências se voltaram para a reafirmação da centralidade da luta pela terra, pela reforma agrária e garantia dos direitos territoriais das populações. O direito à terra está indissociado da valorização das diferentes formas de viver e produzir nos territórios, reconhecendo a contribuição de povos e populações tradicionais oferecem à conservação dos ecossistemas; do reconhecimento dos recursos ambientais como bens coletivos para o presente e o futuro e os direitos das populações do campo e da cidade a uma proteção ambiental equânime. Convergimos ainda no reconhecimento da associação da garantia do direito à terra e à soberania alimentar.

Reconhecemos a importância das redes da mobilização em apoio ao Movimento Xingu para sempre - em defesa da vida e do Rio Xingu, considerado como um exemplo emblemático de luta de resistência ao atual modelo de desenvolvimento. Defendemos o fortalecimento da articulação dos atingidos pela Vale do Rio Doce e as propostas que combinem a gestão ambiental com a produção agroecológica, a exemplos de experiências inovadoras dos movimentos sociais em assentamentos da Reforma Agrária.

No debate sobre **mudanças climáticas, seus impactos, mecanismos de mercado e a agroecologia como alternativa**, recusamos que a proposta agroecológica seja apropriada como mecanismo de compensação, seja ele no invisível e inseguro mercado de carbono, seja em REDD, REDD+, REDD++ (redução das emissões por desmatamento e degradação) ou ainda dentro do pagamento de serviços ambientais.

A Agroecologia não é uma simples prestadora de serviços, contratualizada com setor privado. Ela reúne nossas convergências no campo e na cidade, trabalhando com gente como fundamento. É possível financiar a Agroecologia a partir da contaminação, escravidão, racismo e acumulação cada vez maior do capital? É possível fazer um enfrentamento a partir do pagamento de serviços ambientais por contratos privados, parcerias público-privadas?

Ao debater os **impactos da expansão dos monocultivos para agrocombustíveis e padrões alternativos de produção e uso de energia no mundo rural**, os diálogos apontaram que a energia é estratégica como elemento de poder e autonomia dos povos, mas está diretamente ligada ao modelo (hegemônico e falido) de consumo produção e distribuição. A produção de agrocombustíveis, baseada na monocultura, na destruição do ambiente, na violação dos direitos e injustiças sociais e ambientais, associa-se ao agronegócio e ameaça as soberania alimentar.

As políticas públicas sistematicamente desvirtuam as propostas calçadas nas experiências populares, colocando as cooperativas e iniciativas da agricultura familiar na lógica da competição de mercado e em patamar desigual em relação as corporações, tal qual ocorre nas áreas de geração de energia elétrica, segurança alimentar, ciência e tecnologia ou mesmo da economia solidaria.

Nas políticas para os agrocombustíveis, a agricultura familiar é inserida como mera fornecedora de matérias primas e o modelo de integração é dominante, mascarando arrendamento e assalariamento do campesinato e embutindo o pacote tecnológico da revolução verde através das políticas de crédito, assistência técnica e extensão rural. O diálogo do governo com os movimentos sociais se precariza pela setorização e atomização das relações, enquanto a mistura de interesses e operações entre MDA e Petrobras acaba por legitimar o canal de negociação empresarial no marco de uma política pública.

As experiências de produção descentralizada de energia e alimentos apontam como soluções reais aquelas articuladas por organizações e movimentos sociais que integram as perspectivas da agroecologia, da soberania alimentar e energética, economia solidaria, feminismo e justiça social e ambiental, e são baseadas na forte identidade territorial e previa organização das comunidades.

Estas iniciativas tem em comum a diversificação da produção e dos mercados, tem como prioridade o uso dos recursos, dos saberes e dos espaços de comercialização locais. Estão sob o controle dos agricultores e tem autonomia frente as empresas e ao Estado, ainda que articulem-se a programas e políticas publicas diversas como o PNAE e o PAA, alem do PNPB. Os processos de transformação estão sob o domínio das organizações em toda a cadeia produtiva. Ha diversificação da produção de alimentos e de matriz energética e co-produtos, para alem e como conseqüência da produção de combustível. As formas de produção estão em rede e tem capacidade de se contrapor aos sistemas convencionais como premissa de sua permanência no território

Com base nestes princípios e lições, as políticas publicas para a promoção da produção de energia e alimentos devem ter um marco legal diferenciado para a agricultura familiar, promover a produção e uso diversificado de óleos, seus co-produtos, e outras culturas, adequadas a diversidade cultural e biológica regional, atender a demanda de adequação e desenvolvimento de tecnologia e equipamentos apropriados, acompanhada de processos de formação e de redes de inovação nas universidades e proporcionar autonomia na distribuição e consumo local de óleos vegetais, biodiesel e álcool.

Os diálogos sobre os **agrotóxicos e transgênicos, articulando as visões da justiça ambiental, saúde ambiental** e promoção da agroecologia, responsabilizaram o estado pelas políticas de ocultamento de seus impactos expressas nas dificuldades de acesso aos dados oficiais de consumo de agrotóxicos e de laudos técnicos sobre casos de contaminação; na liberação de OGMs sem debate democrático com a sociedade e sem atender ao princípio da precaução; na frágil vigilância e fiscalização trabalhista, ambiental e sanitária; na dificuldade do acesso aos laboratórios públicos para análise de amostras de contaminação por transgênicos e por agrotóxicos no ar, água, alimentos e sangue; terminando por promover um modelo de desenvolvimento para o campo que concentra terra,

riqueza e renda, com impactos diretos nas populações mais vulneráveis em termos socioambientais.

Há um chamamento para que o Estado se comprometa com a apuração das denúncias e investigação dos crimes, a exemplo do assassinato do líder comunitário José Maria da Chapada do Apodi, no Ceará; com a defesa de pesquisadores criminalizados por visibilizar os impactos dos agrotóxicos e por produzir conhecimentos compartilhados com os movimentos sociais; com políticas públicas que potencializem a transição agroecológica – facilitando o acesso ao crédito, a assistência técnica adequada e que reconheça os conhecimentos e práticas agroecológicas das comunidades camponesas.

Não há possibilidade de convivência entre o modelo do agronegócio e o modelo da agroecologia no mesmo território - porque o desmatamento e as pulverizações de agrotóxicos geram desequilíbrios nos ecossistemas afetando diretamente as unidades agroecológicas. As políticas públicas devem estar atentas aos impactos dos agrotóxicos sobre as mulheres (abortos, leite materno e etc) pois estas estão expostas de diferentes formas, que vão desde o trabalho nas lavouras até o momento da lavagem da roupa dos que utilizam os agrotóxicos. O uso seguro dos agrotóxicos e transgênicos é um mito e um paradigma que precisa ser desconstruído.

É fundamental a convergência de nossas ações com a Campanha Nacional Permanente Contra os Agrotóxicos e pela Vida, ampliando os diálogos e convergências com os movimentos sociais do campo e da cidade, agregando novas redes que não estiveram presentes nesse Encontro de Diálogos e Convergências. Temos que denunciar esse modelo do agronegócio para o mundo e buscar superá-lo por meio de políticas públicas que possam inibir o uso de agrotóxicos e transgênicos, a exemplo da proibição da pulverização aérea ou direcionando os recursos oriundos dos impostos dos agrotóxicos para financiar o SUS e a agroecologia.

Com relação aos **direitos dos agricultores, povos e comunidades tradicionais ao livre uso da biodiversidade**, constatamos está em curso um processo de privatização da terra e território e da biodiversidade manejada na produção familiar e camponesa, povos e comunidades tradicionais. A privatização das sementes e mudas, dos conhecimentos tradicionais e dos diversos componentes da biodiversidade vem se dando de forma acelerada, com o Estado

cumprindo um papel decisivo na mediação (regulamentação e políticas públicas) dos contratos estabelecidos entre empresas e comunidades, representando sérios riscos aos direitos ao livre uso da biodiversidade.

Causa grande preocupação que as questões nacionais sobre conservação e uso da biodiversidade estejam sendo discutidas e encaminhadas sem a participação efetiva das populações diretamente atingidas. Consideramos uma violação a atual forma de “consulta” sobre importantes instrumentos legais e de política concentrada em poucos atores e de questionável representatividade.

Experiências presentes neste encontro demonstram avanços e se fortalecem a partir da legitimidade de suas práticas e aproveitando as brechas existentes na legislação. Este é o caso, por exemplo, dos bancos comunitários de sementes no semiárido; a produção de sementes agroecológicas a partir de variedades de domínio público; a auto-regulação dos conhecimentos tradicionais sobre as plantas medicinais do Cerrado; a constituição de um fundo público das quebradeiras de coco babaçu através da repartição de benefícios que reconhece o conhecimento tradicional associado.

É necessário aprofundar a organização dos agricultores, extrativistas, povos e comunidades tradicionais em seus territórios, de forma a fortalecer os princípios e ações de cooperativismo e suas interlocuções com as redes regionais, estaduais e nacionais como estratégia de resistência e construção de alternativas. A geração de alternativas econômicas é crucial neste contexto. A apropriação do debate em torno dos direitos pode facilitar e fortalecer o diálogo de nossas redes e movimentos com a sociedade civil de modo geral, de modo a visibilizar a importância dos modos de vida destas comunidades para a garantia de direito humanos, como o direito humano a alimentação adequada e saudável.

Nos diálogos sobre **Soberania Alimentar e Nutricional, Economia Solidária e Agroecologia**, as experiências apontaram o grande acúmulo na construção de alternativas ao atual modelo agroalimentar, que garantam, de forma articulada, a soberania alimentar e nutricional, a emancipação econômica dos trabalhadores nos territórios, em especial as mulheres, e a preservação ambiental. Constatou-se que estas iniciativas contribuem com a construção concreta e material de propostas diferenciadas de desenvolvimento, calcadas nas realidades, cultura e autonomia dos sujeitos dos territórios e orientadas para a justiça socioambiental, a democracia econômica e o direito à alimentação adequada.

Estes acúmulos se expressam através da existência e resistência de dezenas de milhares de empreendimentos e iniciativas de Economia Solidária e Agroecologia, especialmente quando articuladas e organizadas em redes e circuitos de produção, comercialização e consumo, que aproximam produtores e consumidores e fortalecem a economia e cultura locais, num enfrentamento à desterritorialização e desigualdades de gênero, raça e etnia inerentes ao atual padrão de produção e distribuição agroalimentar.

Constatou-se que os programas de alimentação escolar (PNAE) e de aquisição de alimentos (PAA), assim como o reconhecimento constitucional do direito à alimentação e a implantação do Sistema e Política de Segurança Alimentar e Nutricional são conquistas importantes para a agricultura familiar e camponesa. Por outro lado, de forma paradoxal, o Estado tem apoiado fortemente o agronegócio, através da subordinação de sua ação a interesses do capital, e a falta de um horizonte e estratégia definidos de expansão do orçamento do PAA e do PNAE.

As vivências e experiências denunciam também a grande quantidade de barreiras ao acesso das iniciativas e empreendimentos de Economia Solidária e Agroecologia a políticas públicas e ao mercado. Tais barreiras se expressam em uma legislação e inspeção sanitárias e tributárias incompatíveis às realidades dos produtores e trabalhadores associados, em especial no processamento e agroindustrialização de polpas, doces e alimentos de origem animal. Estas barreiras, somadas à burocratização na aquisição da DAP e a uma ofensiva de setores empresariais que têm denunciado à ANVISA empreendimentos produtivos assim que estes começam a se fortalecer, têm impedido o escoamento da produção dentro e fora do município e o acesso ao PAA e ao PNAE. O direito à organização do trabalho e da produção de forma associada só existirá com a conquista das garantias e condições legislativas, tributárias e de financiamento.

Os diálogos apontaram também a luta pelo consumo responsável, solidário e consciente como um campo importante de convergência entre as redes e movimentos e como um desdobramento concreto deste Encontro, através da construção conjunta de um diálogo pedagógico com a sociedade, tanto denunciando os impactos e danos dos alimentos vindos do agronegócio e exigindo a regulação da publicidade de alimentos quanto anunciando as alternativas disponíveis na Agroecologia e na Economia Solidária.

## **Em busca de novos caminhos**

Os exercícios de diálogos que estamos realizando há dois anos e os excelentes resultados a que chegamos em nosso encontro reiteram a necessidade de fortalecermos nossas alianças estratégicas e de renovarmos nossos métodos de ação convergente. As experiências que ancoraram nossas reflexões deixam claro que os temas que identificam as bandeiras de nossas redes e movimentos integram-se nas lutas do cotidiano que se desenvolvem nos campos e nas cidades contra os mecanismos de expropriação impostos pelo capital e em defesa dos territórios. Evidenciam assim a necessidade de intensificarmos e multiplicarmos as práticas de diálogos e convergências desde o âmbito local, onde as disputas territoriais materializam-se na forma de conflitos socioambientais, com impacto na saúde das populações.

A natureza local e diversificada de nossas lutas vem até hoje facilitando as estratégias de sua invisibilização pelos setores hegemônicos e beneficiários do modelo. Esse fato nos indica a necessidade de atuarmos de forma articulada, incorporando formas criativas de denúncia, promovendo a visibilidade dos conflitos e das proposições que emergem das experiências populares.

Uma das linhas estratégicas para a promoção dos diálogos e convergências é a produção e disseminação de conhecimento sobre as trajetórias históricas de disputas territoriais e suas atuais manifestações. Nesse sentido, as alianças com o mundo acadêmico devem ser reforçadas também como parte de uma estratégia de reorientação das instituições do Estado no sentido destas reforçarem as lutas pela justiça social e ambiental. Estimulamos a elaboração e uso de mapas que expressem as diferentes dimensões das lutas territoriais pelos seus protagonistas como uma estratégia de visibilização e articulação entre nossas redes e movimentos. O projeto intermapas já é uma expressão material das convergências.

Outra linha estratégica fundamenta-se em nossa afirmação de que a comunicação é um direito das pessoas e dos povos. Reafirmamos a importância, a necessidade e a obrigação de nos comunicarmos para tornar visíveis nossas realidades, nossas pautas e nosso projeto de desenvolvimento para o país. A mudança do marco regulatório da mídia é condição para a democratização dos meios de comunicação. Repudiamos as posturas de criminalização e as formas de representação que a mídia hegemônica adota ao abordar os territórios, modos de vida e lutas. Contestamos a produção da invisibilidade nesses meios de

comunicação. O Estado deve se comprometer a financiar nossas mídias, inclusive para que possamos ampliar projetos de formação de comunicadores e de estruturação dos nossos próprios veículos de comunicação. As mídias públicas devem ser veículos para comunicar aprendizados de nossas experiências, proposições e campanhas. Por uma comunicação livre, democrática, comunitária, igualitária, plural e que defenda a vida acima do lucro.

Nossos diálogos convergem também para a necessidade do reconhecimento das mulheres como sujeito político, a importância de sua auto-organização e a centralidade do questionamento da divisão sexual do trabalho que desvaloriza e separa trabalho das mulheres em relação ao dos homens, assim negando a contribuição econômica da atividade doméstica de cuidados e a produção para o autoconsumo. Convergimos na compreensão do sentido crítico do pensamento e ação feministas para ressignificar e ampliar o sentido do trabalho e sua centralidade para a produção do viver.

A apropriação do feminismo como ferramenta política contribuirá para recuperar e visibilizar as experiências, os conhecimentos e as práticas das mulheres na construção da agroecologia, da economia solidária, justiça ambiental e para garantir sua autonomia econômica.

Mas a história também mostra que o permanente exercício da violência dos homens contra as mulheres é um poderoso instrumento de dominação e controle patriarcal que fere a dignidade das mulheres e impede a conquista de sua autonomia, e as exclui dos espaços de poder e decisão. A violência contra as mulheres não é agroecológica, não é solidária, não é sustentável, não é justa. Por isso é fundamental que as redes que estão organizando o Encontro Nacional de Diálogos e Convergências assumam a erradicação da violência contra as mulheres como parte de um novo modelo de produção e consumo, que deve ter como um eixo fundamental a construção de novas relações humanas baseadas na igualdade.

O papel do Estado democrático é o de construir um país de cidadãos e cidadãs, promover e defender a organização da sociedade civil e de estabelecer com ela relações que permitam à sociedade reconhecer nas instituições a expressão do compromisso com o público e com a sustentabilidade. Esse princípio é contraditório com qualquer prática de criminalização dos movimentos e organizações que lutam por direitos civis de acesso soberano aos territórios e seus recursos.

As redes e movimentos promotora do encontro saem fortalecidas e têm ampliadas suas capacidades de expressão pública e ação política. Estamos apenas no início de um processo que se desdobrará em *ambientes de diálogos e convergência* que se organizarão a partir dos territórios, o lugar onde nossas lutas se integram na prática.

Salvador, 29 de setembro de 2011

### **APROVAÇÃO DA CARTA**

**Silvio Almeida** declara a carta de Salvador aprovada por aclamação pela plenária.

### **ENTREGA DA CARTA PARA O REPRESENTANTE DO GOVERNO FEDERAL**

A Carta política foi entregue ao Sr. Secretário Nacional de Articulação Social, Paulo Maldos, representante do governo no evento, para que chegue ao ministro Gilberto Carvalho e à presidenta Dilma Rouseff.

### **FALA DO SR. SECRETÁRIO PAULO MALDOS**

Está vindo de outra reunião em Salvador, uma reunião do Fórum de Ouvidoria Agrária, uma reunião em repúdio ao assassinato de José Maria de Monte Santo. Relata que está sendo um contraste muito grande de participar da primeira reunião que foi um encontro bastante duro com choros e uma série de falas em torno da morte, e essa segunda reunião (o Encontro de Diálogos e Convergências) relata que é o contrário, apesar de se tratar também da discussão e crítica ao modelo de desenvolvimento que marca e que atinge as vidas, mas também está se falando de construções de alternativas e iniciativas dos territórios. É um tom de construção de alternativa. Agradeço a vocês esse momento, porque é importante a gente sentir que existem alternativas sendo construídas, em curso, principalmente alternativas baseadas no diálogo, respeito ao outro, às diferenças e um dialogo baseado na prática, no âmbito territorial.

Afirma que a questão territorial tem lugar central no século XXI. Senti falta da referência na carta política aos povos e comunidade tradicionais, populações ribeirinhas, principalmente os povos indígenas e quilombolas que nos ensinam o futuro não só o passado. Alega que a perspectiva territorial é um aspecto importante para luta e afirma o desejo de que essa perspectiva seja internalizada pelas políticas públicas. Como exemplo da importância do aspecto territorial cita:

- A vitória dos Quilombolas hoje no Planalto Nacional. Alega que esteve envolvido este movimento afirmando aos quilombolas que a presidenta iria recebê-los.

- Na área indígena têm-se a reestruturação da FUNAI com base nos territórios étnicos e a criação de conselhos regionais, para que os povos indígenas de uma mesma região possam exercer o controle e gestão do orçamento da FUNAI. Na reestruturação da SESAI os índios fazerem o controle a partir da gestão territorial. Foram criados os territórios etno-educacionais onde os índios também definem a prioridade de educação e os materiais a serem utilizados. Outro exemplo é a PNGATI, que é uma política territorial que permite que os povos indígenas assumam a gestão de seus territórios e que reafirma o poder e valorização indígenas, mas que está parada na casa civil, a luta é para que a Dilma receba os indígenas e assine essa política. Alega que o estado tem infinidades de companheiros nos Ministérios lutando em favor dessa experiência e com foco territorial.

Afirma que precisamos desbancar este projeto e construir outro com base na vida e no território, assim como afirma que o Encontro de Convergências é imprescindível para organização e formulação propostas, ações e articulações para que se mude esta situação e que a construção de alianças é fundamental. Sugere que essa aliança se direcione, ou veja de modo especial, os trabalhadores (as), assim como se fortaleça a aliança com o setor da academia e setores próximos. Alega que a disputa desse espaço é importante, mas a busca também por parcerias com a população e movimentos populares é fundamental no processo de mudança.

## REAÇÃO DAS REDES NA PLENÁRIA

**Barbosa/ANA/ASA** – Iniciar a minha fala pedindo a bênção aos todos povos indígenas, a bênção as comunidades quilombolas, as mulheres companheiras da luta, a todos nós, as organizações, as redes, a bênção ao encontro de diálogos e

convergência. Queria também pedir bênção as 4 milhões de famílias de agricultores que constroem o conhecimento e sabedoria do povo. É a partir desse saber que entendemos que a presidenta deve construir suas políticas públicas.

É importante fazer o registro que dentro do programa Brasil sem Miséria, o Água para Todos considera o conhecimento e acúmulo das comunidades para a construção das cisternas e para as alternativas de produção de alimentos. Entretanto, Sr. Secretário, nós da ASA estamos muito preocupados e lamentamos muito com o fato do governo Dilma entregar a construção de cisternas nas mãos de empresários para construção de cisterna de plásticos e PVC, desrespeitando o conhecimento das comunidades. Nossa caminhada continua e esse é um espaço importante de diálogos e convergências e devemos nos encontrar aqui, nos estados, nos territórios e nas comunidades para abraçar essa luta.

**Cazuza /em nome do FBSAN** – trazer algumas observações em relação a convergência tanto discutida nesse encontro quanto na fala do Sr. Secretário que demonstrou o interesse em fortalecer essa convergência. Alguns aspectos que podem fortalecer essas convergências:

- Regulamentação da propaganda do alimento é imprescindível para construir e sedimentar a política nacional de segurança alimentar;
- Os projetos de lei do PAA e do Abastecimento precisam antes de tudo, estar dimensionados e fortalecer a participação do movimento social para ampliação e real efetivação do que se propõem.
- Conferência Nacional de SSAN que diz respeito ao fortalecimento dos sistemas de SISAN nos estados e precisamos garantir que esses sistemas sejam implantados e acompanhados. O FBSAN entende que uma gestão do governo federal junto a vários governos que ainda não conseguiram compreender a importância do tema, seria fundamental. Seria bom escutarmos aqui o que poderia ser feito pelo governo federal nesse aspecto levantado.

**Claudenir / ABA** – Nós da ABA, que é uma associação que está se afirmando no meio acadêmico, estamos bastante satisfeitos com os dias aqui de diálogos e convergências. Nós sempre estivemos juntos e essa caminhada tem tido tropeços,

avanços, com ou sem apoio das políticas e programas governamentais. Mas é uma caminhada que estamos construindo passo a passo. Nessa caminhada tivemos, por exemplo, a amarga experiência de presenciar a liberação de transgênicos no governo Lula. Tivemos várias perdas do ponto de vista estratégico ao longo dos anos. Em que pese, nós tivemos oportunidades de sentar com o governo e construir algumas coisas, que nos deram algumas possibilidades. Mas, por exemplo, a partir da perspectiva acadêmica, infelizmente a academia está muito pouco preparada pra absorver, dialogar e construir junto com esses saberes que vem da etnociência, do conhecimento e saber histórico das populações tradicionais. Mas nesse momento temos a perspectiva de ter construído um plano nacional de agroecologia dentro do MMA e a partir disso buscar em outros ministérios, fortalecer isso. Temos muito clareza que o Estado brasileiro está a serviço de uma hegemonia sim. Em que pese os bravos companheiros que estão tentando abrir as brechas no Estado para que possamos ir dando esses passos, é triste saber que precisou chegar ao ponto de quilombolas acorrentarem-se no planalto para que ocorresse a assinatura do decreto. É triste isso! Essa caminhada está aumentando. Esses dias aqui de diálogo, para nós não é o começo e assim a expressão do quanto caminhamos até agora. Importante que a gente revele isso para o governo. A gente sabe dos limites que temos nesse governo, porque sabemos que está a serviço do modelo hegemônico dominante. Estamos aqui pra dizer o seguinte: nós existimos, nós somos bastantes, temos força, nós temos acúmulo, e queremos uma forma diferente. Acreditamos em um outro mundo. Esperamos que as poucas oportunidades que existem no estado não nos sejam novamente negadas.

**Rejane MARCHA MUNDIAL DAS MULHERES** – esse encontro reflete toda a intenção e o compromisso dos movimentos sociais e redes de construir unidade em coisas que são fundamentais para nós. Que é a soberania alimentar, a agroecologia, a economia solidária, que é pensar um mundo onde mulheres e homens possam viver com dignidade. E a carta mostra esse esforço coletivo e compromisso que assumimos aqui. Essa carta também coloca o ser humano no centro da questão, do debate. Não é o mercado! É o ser humano, o centro. Assim pautamos mulheres e homens. Nós assumimos compromissos de construir uma realidade onde mulheres e homens possam viver com dignidade, sem violência,

com autonomia. Esse compromisso os movimentos sociais e as redes que estão aqui presentes estão assumindo trabalhar essas questões no seu cotidiano.

E tem uma outra parte que diz respeito ao Estado, que precisa se comprometer e assumir o que é de sua responsabilidade. E aqui eu quero falar em relação as mulheres: tem que se responsabilizar em construir ações para que as mulheres tenham autonomia, tenham dignidade respeitada, tenham trabalho; assumir compromisso de combate a violência contra a mulher. Tem que garantir ações com relações a sociabilização em relação ao trabalho doméstico. É preciso que tenha creches, que tenha políticas para contribuir para a sociabilização desse trabalho.

**Gallo / ABRASCO** – Apesar dos avanços ao acesso do SUS e controle social na área da saúde, tem muito o que ser feito ainda. Defendemos a ampliação de ações programáticas e estratégicas das políticas públicas de saúde, considerando que o modelo de desenvolvimento social e econômico adotado pelo Brasil tem gerado injustiças, tem gerado desigualdades na área da saúde e insegurança alimentar e nutricional. O enfrentamento ao problema da saúde precisa se dar de forma integral. Destacamos a importância da reformulação das macropolíticas sociais e ambientais e reivindicamos marcadamente a ampliação de algumas políticas de saúde, em especial a política nacional de promoção da saúde, a política nacional de saúde ambiental, a política nacional de alimentação básica, a política nacional de alimentação e nutrição e a política nacional de saúde integral das populações do campo e da floresta que a cerca de três anos está parada. Destacamos que a saúde se insere numa unidade complexa, o que se expressou no nosso encontro, no nosso diálogo, na nossa carta. Combater a desigualdade, combater a injustiça socioambiental, garantir o direito assegurado pela Constituição Federal de que a saúde é um dever do Estado. A ABRASCO termina afirmando a associação aos grupos, movimentos e redes aqui presentes e a intenção de envolver outros movimentos e redes que estão trabalhando em defesa da vida.

**Daniele – AMB (ARTICULAÇÃO DE MULHERES BRASILEIRAS)** – achamos muito importante esse momento de convergência. Um momento que a gente acha muito importante afirmar nossa luta contra o machismo, o patriarcado, o capitalismo. Para nós, não há desenvolvimento, enquanto for mantida a divisão sexual do

trabalho, aprisionando e excluindo as mulheres Sr Secretário- esperamos que a presidenta Dilma aprove a convenção 189 da organização internacional do trabalho, que garante às trabalhadoras domésticas, os mesmos direitos como toda cidadã no seu ambiente de trabalho.

**Rubem Siqueira - CPT/BA e RBJA** – Sr. Secretário Paulo Maldos, de manhã também tinha amor no caso do fórum agrário sobre o trabalhador assassinado, e aqui nesse encontro também tem a morte. Vários companheiros que estão aqui, por conta de sua militância, estão ameaçados. Esse encontro foi muito rico e aqui mesmo a gente identificou ausências de outros temas, de outras redes que vão se constituindo por esse país afora. E ao mesmo tempo, nos dávamos conta de que talvez possamos estar indo para uma grande fragmentação, na medida que não temos mais um projeto político popular soberano que nos congregue e faça disso uma estratégia comum de ação. Também a percepção de que poderíamos estar aqui construindo aqui situações compósitas, funcionais para o modelo de desenvolvimento.

Nós sentimos que há uma maquina produtora de demandas e desafios novos. Porque não basta condenar o modelo produtor desses problemas que estamos enfrentando de maneira tão diversificada. É preciso convergir para alterar esse sistema. E é isso que nos angustia, a falta de perspectiva disso. Não queremos construir ilhas de sustentabilidade, ainda que seja popular, ao lado, ao par dos processos de multiplicação de injustiças sócias, de depredações ambientais, de ausência de moradia na cidade, terra e território, saúde, etc.

Nos sentimos a repelir se estamos sendo tratados ou vistos potencialmente como quem vai agir de maneira funcional ao modelo. Tenho aqui uma lista que consegue evidenciar como não avançamos nessa perspectiva.

Na lista de disputas internas a qual se referiu o Secretário, sentimos falta de Belo Monte, sentimos falta de algo que muito mal recomeça que é o plano nacional nuclear, com já processos de novas usinas sendo planejadas. Queríamos ouvir a respeito da posição do governo de refrear o que parece ser vitorioso da marcha da bancada ruralista sobre alteração do código florestal. Queríamos também ouvir sobre a manutenção do decreto 4887, que evidencia como causa nacional o território dos quilombolas.

Nos preocupa os processos que as obras da copa do mundo tem gerado em termos de impactos ambientais e sociais, em metrópoles já por muito problemáticas.

Temos visto com preocupação a afirmação de que as grandes obras do PAC muitas vezes são oportunidades dos territórios se auto afirmarem. Só assim conseguimos avançar?

A sensação nossa na RBJA é que a rede se multiplica, ela aumenta com novas demandas, novas preocupações e a gente se sente às vezes, atônito.

Não será possível o crescimento econômico nesses moldes. Não seremos omissos, funcionais nem muito menos partícipes de tudo isso.

**Luciane/Mato Grosso/FBES** – nós do FBES sentimos que estamos em casa. Nos vimos, nos percebemos, nos sentimos em todos os momentos e em todas as falas. Estamos contempladas e contemplados pelas falas até agora, mas mesmo assim é importante dizer o porquê. A relação de pertença, de identidade, que nos une, se espelha em cada um/a. Falamos muito de conceitos, de identidade cultura, do que nos é caro para a base e que isso tudo, essa energia toda, que tudo isso volte para as bases. Escutem, façam todo um movimento de diálogos e convergências lá na base, porque foram eles e elas que nos trouxeram para cá. Nesse espírito de uma realidade que já esta acontecendo.

Perguntas para o secretário:

- Rio+20: nós estamos preocupados com esses processos da economia verde, que se coloca como alternativa viável. Ainda não podemos afirmar isso. Não temos essa clareza. Será realmente sustentável?
- Em relação a Carta: quais serão os encaminhamentos em relação ao que nós estamos fazendo?

**Marilda – REDE ALERTA contra DESERTO VERDE** – destacar que essa experiência, esse exercício de diálogo e convergência já vem acontecendo ha um bom tempo. A construção e realização desse encontro expressam toda história de uma nova cultura política que vem se constituindo no Brasil. Convergimos fundamentalmente na crítica ao modelo já relatado anteriormente. Isso é gratificante e fortalece e nos reanima, perceber que estamos juntos. Ações conseqüentes que atinjam o núcleo do poder. Temos muita reticências quanto a conseguir algum resultado. Gostaria de aproveitar para pedir ao Sr Secretário para

que se pronunciasse sobre quais movimentações e se elas existem no governo Dilma. Também sobre o caso da Veracel no Extremo Sul da Bahia.

**Silvio Almeida** – sem colocar em questão a estrutura e o sentido da carta política, é possível que existam complementações, visões, correções que a plenária gostaria de colocar. Solicita enviar para a comissão organizadora.

## SECRETÁRIO PAULO MALDOS

Sobre o que é possível fazer no Extremo Sul/Bahia. Tem muita coisa que a mídia esconde, mas faz dois anos que - eu pessoalmente estou envolvido - a partir de uma provação dos pataxós hahaha do sul da Bahia, estamos construindo o que chamamos de mosaico das áreas públicas do extremo sul da Bahia. Reunimos FUNAI, Instituto Chico Mendes e o INCRA na definição dos parques nacionais, das áreas de preservação ambiental, os territórios indígenas, as áreas de reforma agrária, e as áreas de gestão compartilhada. Faz dois anos que nos reunimos, atacados de todos os lados, mas estamos construindo esse mosaico que é um enfrentamento direto ao turismo predatório e ao latifúndio dessa região.

Uma vitória importante que tivemos há um mês na AGU que consolidou nossa articulação que foi reconhecida oficialmente.

Queria afirmar em nome do ministro Gilberto Carvalho que para nós é muito importante o exercício que vocês fazem do sonho e da crítica, que nos alimenta. É fundamental e importante o exercício da unidade que vocês fazem e experimentam aqui nesses dias. Peço que vocês se abram para o dialogo conosco, para juntos fortalecermos as lutas comuns aos territórios.

Para dar um exemplo de luta, demarcação da reserva Raposa do Sol em Roraima, onde a atuação da secretaria geral foi fundamental.

Queria reforçar aqui o convite que a secretaria geral é um espaço de diálogo com a presidência da República e os movimentos sociais. Nos procurem pra fazer o diálogo e dar visibilidade à luta de vocês, e das propostas gestadas nos territórios.

Todos os outros pontos abordados aqui e que não terei tempo de discutir, podem fazer parte da agenda com a secretaria geral. Pode ser exatamente a carta nossa agenda para um primeiro diálogo.

## APRESENTAÇÃO DAS MOÇÕES RESTANTES

**Silvio Almeida** – convoca a plenária para a leitura das três moções restantes.

**12) Moção de repúdio ao assassinato de trabalhadores rurais. Orador: Carlinhos CAA/NM**

Encontro Nacional de Diálogos e Convergências. Nós participantes, representantes das redes e movimentos tomamos conhecimento dos graves acontecimentos que envolvem comunidades camponesas de Monte Santo/Bahia, sobretudo o assassinato de 5 trabalhadores rurais nos últimos 6 anos. Constatamos indignados que novamente cresce a violência e se mantém a impunidade. Nos juntamos a essas famílias e aos grupos, redes e movimentos que trabalham pela reforma agrária e pelo direito de posse da terra para cobrar do governo medidas que acabem de uma vez por todas com a violência do velho latifúndio. Medidas que amenizem, sem mais demoras, o acesso dessas comunidades à terra, necessária para viver com dignidade e proteger os bens naturais.

**13) Moção de apoio às famílias acampadas no município de Gamão/RS, cujo despejo foi determinado hoje pelo governo estadual.**

Obs: áudio ruim, pegar o arquivo com o coordenador da mesa

**14) Moção ATER. Orador: Denis/ANA**

Nós participantes do Encontro de Diálogos e Convergências, vimos por meio dessa externar nossa indignação com o tratamento que vem sido dispensado a ATER no âmbito do governo federal e queremos a garantia da realização da I conferência nacional de ATER nos moldes como foi discutida e planejada pelo comitê de ATER do CONDRAF, com a participação de todos os setores da agricultura familiar, das prestadoras de serviço e de todos e todas que acreditam no papel da assistência técnica para colaborar na promoção do desenvolvimento sustentável do Brasil. (...) Queremos respeito e consideração e a realização da I conferência nacional de ATER

## ENTREGA DE ABAIXO ASSINADO AO SR. SECRETÁRIO

**Renato Cunha/ RBJA e Gambá** – Faz a entrega do abaixo-assinado que também foi entregue ao representante do governo estadual na abertura desse evento, solicitando a suspensão do licitamento da ampliação da empresa Veracel, ao Sr. Secretário Paulo Maldos, para que seja encaminhado à presidência da República.

## ENCERRAMENTO, HOMENAGEM E MÍSTICA

**Noemi / MMC** – faz a fala de encerramento do evento, reafirmando que o sonho coletivo se torna realidade. Reforça a necessidade e importância de voltarmos para nossos espaços e garantir a continuidade dos processos, a partir das ações locais e articulações.

**Carlos Eduardo (Caê) / ANA** – convida a comissão local de organização, a equipe de apoio, voluntários/as, relatores/as e colaboradores/as para receberem homenagem da plenária pelo trabalho realizado.

**Encerramento do evento com mística! FIM!**